

Democracia Racial no Estado Novo: da literatura aos campos.

Suzana Sanches Cardoso

Para melhor compreender o pensamento sociológico e político brasileiro nos anos 30 e 40 é necessário uma breve recapitulação do pensamento acerca raça e nação vigente na passagem do século XIX para o XX. No Brasil, preponderavam no discurso sociológico do período as teorias de raça e meio, desenvolvidas alguma décadas antes na Europa, estas de fundamental importância na legitimação da colonização moderna, onde o homem branco, europeu, cumpriria com seu papel no processo de civilizatório, impulsionando sociedades “menos desenvolvidas” rumo ao modelo de civilidade das metrópoles européias.

É perceptível, segundo tais teorias, que a noção de desenvolvimento de sociedades é uma só, posta de forma progressiva: os grupos étnicos e suas respectivas culturas encontram-se em diferentes estágios de um único modelo, e a noção de cultura e civilização é singular e invariável, não há multiplicidade cultural.

Pensadores brasileiros desenvolveram o discurso com caráter sociológico sobre as raças, pautados principalmente em três pilares: o Positivismo de Comte, o Darwinismo social, e o evolucionismo de Spencer (ORTIZ, 1985). Nesta lógica, atribuir-se-ia aos diferentes grupos étnicos qualidades específicas e deterministas, amplamente influenciadas pelo meio.

Dentro do pensamento sociológico-racial, e frente à ampla política de imigração promovida pelo governo¹, acreditava-se que a inserção do europeu branco poderia acelerar o desenvolvimento da cultura e da raça brasileira. A defasagem da cultura nacional fora atribuída à miscigenação na formação social e biológica do brasileiro. No

1 Após a determinação legal do fim da escravidão, a imigração de europeus e orientais fora facilitada e incentivada. Entre 1887 e 1930, registra-se uma média de 3,8 milhões de imigrantes desembarcando nos portos nacionais, sendo em grande número italianos, portugueses, espanhóis, alemães e japoneses (FAUSTO, 1995). A instalação destes grupos étnicos no Brasil se deu com características e em momentos diversos, com maior ou menor grau de adaptação à realidade a qual se depararam.

período foram comuns teorias eugênicas, pensando em formas de se garantir uma melhor formação genética populacional.

É necessário, para entender a transformação do pensamento sociológico, percebê-lo de forma dialética ao declínio de um sistema econômico-político-cultural. A monocultura, o poder político soberano dos grandes fazendeiros, o patriarcalismo como instância política, eram interpretados como um sistema ultrapassado, esgotado em si, abalado pela crise econômica de 29, e com a “feia” marca da escravidão. As primeiras décadas do século XX foram marcadas pelo avanço destas discussões em todos os campos sociais, desde a movimentação da “vanguarda artística” até as disputas políticas pelo poder do Estado, como também pela resistência da estrutura oligárquica.

Com a tomada de poder por Vargas, o novo projeto político estatal se esquadrinha. Assumindo o poder em 1930 e permanecendo ininterruptamente por 15 anos, retorna à presidência em 1951, concluindo esta longa trajetória com seu suicídio antes do término do mandato. As características fundamentais da “Era Vargas” (1930 -1945) pautavam-se no poder centralizado, amplo domínio publicitário e de uso dos meios de comunicação, controle estatal sobre os sindicatos, reforma nas leis trabalhistas e do modelo educacional, investimento na indústria de base e no exército. Características complexas em si, que merecem, certamente, aprofundamento para entender-se de forma mais completa as transformações do período, para esta análise, entretanto, deter-se-á em alguns aspectos desta complexa figura política.

O governo de Vargas fora conceituado como um governo “populista”, conceito este inexato, ao qual uma variedade de significações lhe foi atribuído. Há, entretanto, uma propriedade que parece ser consensual quando se trata do Populismo na América latina: o intenso apelo à massa. Termo que necessita de ressalvas, pois não se pretende definir “massa” como um grupo homogêneo, acrítico, passível de fácil manipulação, limitando-se a definir uma larga porção da sociedade, múltipla e diversa.

No período muito se investiu na formulação da imagem do presidente. Vargas assumiu o papel de “pai dos pobres” ao se aproximar do debate trabalhista e aprovar direitos que já eram reivindicações de longa data². Construção que merece análise, pois, ao atrelar-se

² Desde a primeira década dos anos XX operários se organizavam em crescentes sindicatos. A luta por melhores condições de trabalho, jornada reduzida e salários mais dignos foi intensa. Na cidade de São

a imagem de um governante Estatal à figura paterna, tem-se a extensão do poder patriarcal³. A imagem de Vargas como o pai da nação, traz à tona a imagem do líder provedor, protetor, orientador, quando, concomitantemente, o grande controle estatal que estabeleceu sobre as organizações de trabalhadores coibiu a luta operária e limitou os sindicatos.

A construção deste imaginário acerca do presidente deu-se junto à reformulação da identidade nacional. Em plena fase de reconstrução do sentido do nacionalismo brasileiro, eram necessárias novas características para esta Nação, que acompanhassem as mudanças que viriam com sua figura: em 1937, Getúlio estabelece o “Estado Novo” modelo político pautado nas características supracitadas, e que precisava de predicados próprios, distantes do passado colonial, que impulsionasse o Brasil para o “progresso”.

Um setor que deve ser citado neste breve panorama é o da publicidade e controle de mídias e da informação através da censura. Em 1939, entra em ação o Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP, órgão que se responsabilizaria a partir daí da construção e preservação da imagem do presidente e do governo. Para tal efeito, uma das medidas era a associação da figura do presidente aos mais diversos cenários e eventos: através das festas cívicas e feriados, de sua presença diária nas ondas de rádio, ultrapassando os limites do espaço público, e ocupando o espaço privado, familiar – novamente a relação parental, o “Pai” presente, onipresente. Essa associação era fundamental, principalmente acerca dos momentos que mais agregavam simbolismo à nova nação varguista, como as escolas, as festas do dia do trabalho, as paradas militares, os eventos esportivos.

A propósito deste tema, fora comum, nos governos autoritários da primeira metade do século XX, o interesse particular nos esportes, pelo seu potencial na doutrinação do corpo, do pensamento, da moral, além de campo vasto para argumentação de discursos eugênicos. Vargas faz a seguinte colocação sobre o seu ideal para uma nova nação:

Paulo, o debate crescia com a influência de pensamentos preponderantes no cenário europeu, como o anarquismo e o comunismo, e grandes greves como a paralisação geral de 1917, mostram que as reivindicações dos movimentos trabalhistas tinham um largo histórico, o que torna refutável as análises onde as conquistas sindicais são interpretadas como “ofertas”, “dadas” pelo governante de forma hierárquica, como simples forma de subordinação, ou movimento de manipulação massiva.

3. No sistema colonial brasileiro, Freyre (2003) nos afirma que a instância primeira de poder, a estrutura primária, é a família patriarcal, onde os senhores da casa grande exerciam o poder político, moral e econômico.

“Associando o cinema, o radio e o culto nacional dos desportos, completará o governo um sistema articulado de educação mental, moral e higiênico, dotando o Brasil dos instrumentos imprescindíveis à preparação de uma raça empreendedora, resistente e varonil” (DRUMOND, 2008, p. 61).

Não por acaso o estádio municipal do Pacaembu foi um projeto deste período, inaugurado com desfiles de atletas, estudantes e militares, além, obviamente, da presença do presidente. Tanto se esperava estas associações, que o estádio fora utilizado como palco da festa do Dia do Trabalho, celebração marcante do governo Vargas.

Mas qual seria, afinal, esta nova raça que formaria o Estado idealizado por Vargas? Frente às tentativas de rupturas, às permanências e resistências durante as primeiras décadas do século XX, como se desenrolou o debate cultural e racial? Após este panorama do contexto histórico brasileiro, duas obras de suma importância para este debate serão expostas a seguir.

Gilberto Freyre e o elogio à miscigenação.

Gilberto Freyre, contemporâneo ao governo de Getúlio, carrega em sua obra, algumas das inquietações geradas pelas transformações do período. O livro *Casa Grande & Senzala* foi escolhido, não apenas pela sua significância na historiografia brasileira, mas por tratar de questões como raça e cultura, em um momento político onde esta discussão era de suma importância.

Não há a pretensão de no espaço aqui disposto esmiuçar a caudalosa obra de Freyre, tampouco fazer um resumo dos capítulos, mas apontar as principais linhas de um raciocínio essencial ao novo cenário social em questão, ao projeto Varguista e ao momento de reconstrução da identidade nacional.

Para Freyre, às noções de “raça” e “meio”, devem-se somar outros de suma importância, como a qualidade da alimentação e as construções de ordem cultural, refutando a idéia, por exemplo, de que as moléstias que atacam o sertanejo e o caboclo são derivadas do enfraquecimento da raça através da miscigenação, mas, pela sua má condição nutritiva, fazendo a crítica, inclusive, aos já ultrapassados darwinistas ortodoxos e suas pretensões à onipotência. Não abandona, entretanto, idéias eugênicas, citando resultados

“formidáveis” (2003, p.531) provenientes da relação de negras com brancos das melhores classes.

O sociólogo busca na história do povo lusitano características essenciais para melhor entender-se a colonização do Brasil e a relação que aqui se estabeleceu entre escravos e senhores. Mesmo antes da expansão marítima lusitana, a invasão Moura na península Ibérica, ou a relação com os judeus, já bem representavam a forma portuguesa de tratamento ao “outro”. O interesse sexual, por exemplo, que o colonizador português desenvolveria pela índia, já teria sido comum no período do domínio mouro. A mulher branca, loura, virginal, segundo o autor, não despertava maiores paixões nos portugueses. Juntou-se a este empenho libidinoso, o desinteresse, pela preservação de uma “raça pura”, como ocorreu com mais frequência na colonização inglesa, e o fato da mobilidade social em Portugal não ser uma questão étnica:

“(…) o português sempre pendeu para o contato voluptuoso com a mulher exótica. Para o cruzamento e a miscigenação. Tendência que parece resultar da plasticidade social, maior no português que em qualquer outro colonizador europeu” (2003, p.265).

Há ainda um fator específico sobre a condição da colonização da América portuguesa: Para Freyre, a relação com a índia foi um dos braços da colonização, servindo como forma de povoamento e de expansão sobre território geográfico de tamanhas proporções, enquanto, a relação com a negra servira também como forma de ampliação de capital (em escravos) do senhor do engenho.

Para o sociólogo, foi o próprio sistema escravagista que definiu a relação sádica e violenta entre os personagens, e não a questão racial. A escravidão é colocada pelo autor como uma fatalidade, não reconhecendo nenhum crítico do sistema que tenha proposto outra possibilidade para a colonização do território: “Tenhamos a honestidade de reconhecer que só a colonização latifundiária e escravocrata teria sido capaz de resistir aos obstáculos enormes que se levantaram à civilização do Brasil pelo europeu.” (2003, p.323).

Freyre fará a réplica aos discursos que afirmam a existência de um comportamento lascivo natural aos negros(as) e mulatas, apontando a condição, onde os senhores

brancos desde meninos cresciam em ambientes pouco propícios “à continência, ao ascetismo, à monogamia” (2003, p.334. Muitas ainda meninas tiveram que se submeter aos desejos de homens que mantinham seus haréns de escravas, ou meninos brancos que eram incentivados desde cedo ao assédio à negra, sendo com elas, geralmente, sua primeira experiência sexual. Novamente responsabiliza o próprio sistema social, que corrompeu uns e subjulgou outros.

O sociólogo dedica extensos trechos da obra para apontar pontos de confraternização entre brancos e negros, dentro de suas condições sociais de senhores e escravos, afirmando que em nenhum outro lugar o escravo tenha sido tratado com tanta ternura como no Brasil. Freyre indicará a diferença no tratamento do escravo do eito e o “doméstico”, ou dos filhos mestiços de negras e senhores, que muitas vezes tiveram acesso à mesma educação dos filhos legítimos.

O autor ainda descreverá a ampla influência das culturas negras na formação e enriquecimento à cultura brasileira: Nas técnicas agrárias, na culinária, na língua, na bondade e na alegria, opondo esta à melancolia natural do português, agravada pelo gesto cabisbaixo do índio.

De forma não linear, tampouco simplista Freyre vai abordando no percurso de sua argumentação, a questão da miscigenação, seja quando fala de formidáveis resultados eugênicos da relação entre as melhores negras e os melhores brancos, quando exalta o mulato, quando suaviza e adocica, em determinados momentos, a relação entre senhores e escravos, quando lembra com constância a maleabilidade social portuguesa e suas raízes já miscigenadas e acaba por concluir sobre o tema: “Todo brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma e no corpo (...) a sombra ou pelo menos a pinta, do indígena e no negro” (2003, p. 367).

E a partir deste contato, desta presença, acaba por descrever o que ele julga ser o próprio brasileiro, de corpo e de alma:

“Na ternura, na mímica excessiva, no catolicismo em que se deliciam nossos sentidos, na música, no andar, na fala, no canto de ninar menino pequeno, em tudo que é expressão sincera de

vida, trazemos quase todos a marca da influência negra.” (2003, p. 367).

Mais do que simples presenças na formação cultural, Freyre aponta o negro como “colaborador do branco na obra de colonização agrária” ou ainda como “em certo sentido, verdadeiros donos da terra” (2003, p.373), seguindo com o uso de expressões como “interpenetração”, “confraternização” que vão posicionando-o definitivamente em relação à mestiçagem brasileira: “Somos duas metades confraternizantes que vêm mutuamente enriquecendo valores e experiências diversas; quando nos completarmos em um todo, não será com o sacrifício de um elemento ao outro” (2003, p.418).

O futebol como experiência, a obra de Mario Filho como reforço de um mito.

A década de 1930 é também o momento de significantes transformações no cenário futebolístico. O debate acerca da profissionalização do esporte era também o debate sobre o espaço, físico e simbólico, que o mesmo ocuparia: deleite das elites ou possibilidade para as massas? Afora a perspectiva de classes no debate acerca da profissionalização do futebol, está latente – não de forma fragmentada, mas como partes de um mesmo processo – a questão racial. O futebol como reflexo da sociedade, ou extensão desta, mostra a difícil transição da população negra pelos espaços que historicamente lhes foram negados.

Se até o fim do século XIX o negro nem ao menos “existia enquanto cidadão” (ORTIZ, 1985, p.36) pode-se imaginar a proporção de sua exclusão, enquanto sujeito, dos meios da cultura dominante e no processo de formação da identidade nacional. Entretanto, os anos 30 marcam a exaltação de personagens negros que viriam a ser mitificados, e que até a atualidade mantém seus postos de heróis. Se a formação de uma nova identidade para a nação era uma questão essencial para o governo de Getúlio, nada como novos heróis negros que derrubariam definitivamente a imagem da colônia e uniriam a nação, junto a outros signos e perfis então em processo de exaltação: o samba, o carnaval, o brasileiro miscigenado.

Freyre fazia o elogio à miscigenação em sua obra sociológica; jogadores negros contextualizavam-nos em campo. Campo de futebol, o qual Getúlio já havia descoberto

o poder de comoção de diferentes grupos étnicos e classes sociais⁴, principalmente no desenrolar dos campeonatos nacionais e internacionais dos anos 30. O futebol serviu perfeitamente à justificativa da igualdade entre raças. A imagem do início do século, de esporte de luxo e de elites cedia ao gosto popular, ganhando espaço nas ondas de rádio, nas páginas do jornal, sendo deste período o surgimento de imprensa especializada em esportes, em particular o futebol, tirando-o do restrito espaço de pequenas notas nos jornais diários (CAPRARO, 2011).

Entre os precursores da imprensa futebolística, Mario Filho foi personagem de extrema importância para a construção da História do futebol brasileiro, haja vista, sua obra tornou-se referência e discurso oficial. Com sua experiência nos jornais esportivos dos anos 30, coletou depoimentos, notícias e estórias do futebol, compilados e publicados em 1947 no livro “*O Negro no Futebol Brasileiro*”. A sua forma literária de discorrer sobre a questão racial, é bem diversa à de Freyre, já que utiliza-se muito da crônica e da investigação jornalística. O sentido de seu discurso, entretanto, é coerente ao discurso político-cultural do período, de forma que mais de uma vez fora comparado como *Casa Grande e Senzala*, mas no âmbito urbano (DRUMOND, 2008)

A obra de Mario Filho lançada com uma década de diferença à de Freyre, além de reafirmar alguns conceitos, constrói novos argumentos que serviram de reforço à ideia de integração democrática das raças. Pesquisadores da área, posteriormente, viriam a questionar a legitimidade de sua obra enquanto fonte de dados históricos, haja vista, o clássico apresenta-se como uma série de causos sobre os personagens do período, material este, coletado em conversas com jogadores e recortes de jornais ainda do período amador do futebol. Nenhum destes questionamentos, entretanto, prejudica a análise do discurso da época, uma vez que, entendendo-se o momento histórico, o contexto social do período, a origem do autor e conhecendo-se um pouco o público a quem este se dirigia – fatores já apresentados – é possível compreender através da análise literária, a mentalidade do período, o discurso dominante.

4 É importante perceber, que havia uma tentativa – eficaz – de orientar as transformações culturais e de pensamento. A mudança do discurso e da mentalidade ocorreu verticalmente, como projeto político do Estado, antes mesmo de tornar-se resultado orgânico das conquistas de um grupo social.

O autor apresenta⁵, a princípio, o futebol do início do século, praticado exclusivamente por jogadores brancos, de famílias de imigrantes de boa condição econômica, cenário no qual o estilo de jogo, as expressões em campo, os nomes dos jogadores bem serviam como demarcação do universo restrito ao qual o esporte pertencia. Mas o “saudosismo” citado no título do primeiro capítulo já referenciava a inserção, às vezes aceita, às vezes clandestina, do negro e do mulato no futebol, e da sua crescente e irremediável popularização.

O contexto que se apresenta entre as linhas do campo de futebol é a extensão da velha República, do sistema oligárquico: “O futebol não alterava a ordem das coisas. Pelo contrário. Onde podia se encontrar melhor demonstração de que tudo era como devia ser? O branco superior ao preto. Os ídolos de futebol todos brancos.” (2003, p.68).

Mas já apontava o esgotamento de tal sistema, por exemplo, com o fato da primeira figura elevada a “ídolo” no futebol amador, ter sido um mestiço, Arthur Friedenreich. Segundo o autor, não tanto pelos seus feitos futebolísticos quanto pelo fato de representar um grupo que ansiava por tal representação, por apontar a possibilidade de democratização do futebol. Era a descoberta da ginga, de um futebol “cheio de coisas, um drible pra cá, outro pra lá” (2003, p.64).

O autor apresenta a série de obstáculos enfrentados pelos negros na inserção no esporte. Desde questões materiais, como a falta de espaços para a prática, a improvisação de equipamentos, até o tempo disponível para dedicar-se à prática, já que para as famílias de brancos abastados as obrigações resumiam-se aos estudos, o trabalho era mal visto antes da conclusão da faculdade, havendo equipes praticamente completas por jovens estudantes com “casa, comida, roupa lavada e engomada” (2003, p.103), uma vez que o negro nunca teve esta possibilidade, desde cedo trabalhando, sem tempo ocioso como os jovens brancos. Mario Filho usa expressões como “vocação” ou “intuição” para explicar a relação do negro com o futebol mesmo diante tais empecilhos, apontando a desenvoltura perante as dificuldades como uma habilidade natural, predeterminada. Esta criatividade e jogo de corpo diante os adversários, no processo de construção da identidade nacional, tornar-se-ia metáfora à habilidade natural do “povo” brasileiro diante dificuldades.

⁵ A primeira edição, lançada no período estudado, possui quatro capítulos aos quais dois outros foram adicionados na segunda edição, em 1964.

Com a presença de jogadores negros e mulatos, agora não apenas nos times pequenos, onde se era tolerada sua presença, mas em quadros cada vez mais próximos da elite futebolística, Filho apresenta os movimentos de resistência e conflito, como ondas de avanço e retrocesso, e a relação muitas vezes ambígua entre brancos e negros. Uma das medidas na tentativa de manter o futebol restrito foi a criação da AMEA, excluindo o Vasco – time de mestiços – da liga, além dos esforços em manter o futebol no âmbito do amadorismo, jogado pelos meninos ricos, que não precisavam de trabalho.

Mas o bom desempenho de times com negros, lado à crescente popularização de jogadores como Leônidas da Silva e Domingos ia tornando o cenário geral irreversível:

“Ninguém podia mais iludir-se, o São Cristóvão campeão, o Vasco vice-campeão. A vantagem de misturar brancos, mulatos e pretos, de não olhar para a cor dos jogadores, de estar livre de preconceitos de branquidade” (2003, p153).

Conclusões: O Futebol como agente.

A criação de uma imagem do Brasil, onde diferentes grupos étnicos e raciais integraram-se de forma bem-sucedida após o fim de um sistema político-econômico-cultural, ainda que diante alguns percalços, deu-se como parte de um processo de transformação na identidade nacional. Ter uma “nação”, ser brasileiro, faz parte deste processo de enxergar-se pertencente a um grupo ou comunidade, sabendo-se que “(...) as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação” (HALL, 2005, p.48).

A História e as histórias de um grupo são fatores fundamentais para a construção de identidades. No presente artigo apresentou-se a síntese de duas obras literárias, cada uma em seu estilo, que durante a “Era Vargas” contribuíram na criação e reprodução de um discurso acerca à igualdade, ou democracia racial. A análise deste discurso – político, sociológico, jornalístico – revela, entretanto, uma antítese: de um lado as representações sociais, por outro os vestígios deixados pela prática social de fato. Se a primeira criou a imagem nacional onde o negro e a cultura africana, após séculos de subjugação no sistema escravocrata, em poucas décadas, inseriu-se de forma igualitária na sociedade brasileira, a prática social, por outro lado, expõe relações complexas entre

brancos e negros. Formas de violência físicas ou simbólicas, e permanências, até a atualidade, de atos discriminatórios e racistas, dentro ou fora dos campos de futebol.

Para Freyre, o conflito histórico entre negros e brancos, deu-se por conta do sistema político-econômico-cultural vigente na colônia. Seria possível, segundo este argumento, supor que uma vez findo este sistema não haveria mais impedimentos para o fim da relação conflituosa entre os personagens. Ao não responsabilizar brancos ou negros e sim o sistema colonial, este que acabara graças às transformações políticas e sociais da era Vargas, abafa-se o conflito entre raças.

Mario Filho viria uma década depois sacramentar este ponto de vista, apontando uma árdua jornada da qual estes personagens saíram vitoriosos, onde a “brasilidade”, onde o reconhecimento da miscigenação, e das características “naturais” da população mulata, como a criatividade e a habilidade de driblar as dificuldades, é o grande prêmio.

Estas obras marcam um período de exaltação do mestiço, do reconhecimento de características ditas propriamente brasileiras, que em muito diferiam da cultura europeia, molde de civilidade da antiga república. O futebol faz parte deste processo, na criação de histórias, heróis, ídolos negros, que atingiam grandes porções da população, de diferentes classes, de diferentes origens. Vargas, como hábil estadista que foi, utiliza ao máximo o poder de comoção do futebol: “Vamos ao Estádio” convocavam as alegres imagens à época da inauguração do Estádio do Pacaembu.

Não como vítimas de uma nova mentalidade, mas como sujeitos desta História, os jogadores negros apresentaram-se muitas vezes como os reprodutores da ideia de democracia racial, pois, diante a materialidade da violência, esta também era uma forma de resistir, consciente ou não.

Os casos atuais de jogadores mestiços que sofreram preconceito racial, e como resposta afirmaram não serem negros, remetem à história contada por Mario Filho, quando Friedenreich, mestiço que também tentava “disfarçar” seus traços negros, passando horas antes do jogo alisando o cabelo crespo. Ou ainda a permanência dos xingamentos de caráter racista, que resultam em uma punição à equipe ou a torcida, mas não são levadas a diante, nem pela mídia, nem pela justiça. Aparecem como casos isolados, coisa do futebol, pois, constantemente a ideia da democracia entre raças é reforçada nas

mídias, campanhas publicitárias e propagandas políticas, nos espaços culturais que se dedicam a contar a História e as histórias do futebol e da cultura brasileira.

Referencias

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

CAPRARO, A. M. **Mario Filho e a "invenção" do jornalismo esportivo profissional**. Revista Movimento, Rio Grande do Sul, v. 17, n. 2, p. 195-210, 2011. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/15154/13139>>. Acesso em: 5 abril 2014.

DRUMOND, M. **Nações em jogo**: Esporte e propaganda política em Vargas e Perón. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1995.

FILHO, M. **O Negro no Futebol Brasileiro**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

HALL, Stuart. **A Identidade cultural na pós-modernidade**; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

ORTIZ, R. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.